

A construção da União Europeia: 10 passos

1951

A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço é criada por seis membros fundadores

1957

Os mesmos seis países assinam os Tratados de Roma, onde se institui a CEE Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica

1973

A Comunidade passa a ter nove Estados-membros

1979

Primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu

1981

Primeiro alargamento mediterrânico

1992

Criação do mercado interno europeu

1993

O Tratado de Maastricht institui a União Europeia

2002

O euro entra em circulação

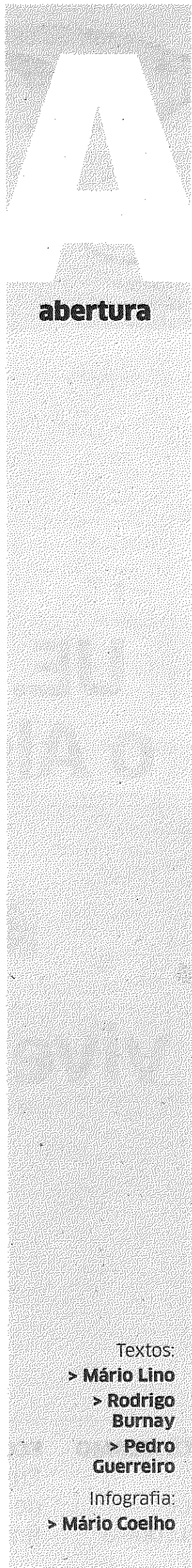
2007

A União Europeia é alargada a 27 Estados-membros

2009

Entra em vigor o Tratado de Lisboa e com isso muda a forma de funcionamento da União Europeia

2 //



abertura

Textos:
> **Mário Lino**
> **Rodrigo Burnay**
> **Pedro Guerreiro**
Infografia:
> **Mário Coelho**

Algarve tem de desenvolver-se sem fundos comunitários

O próximo quadro de programação da União Europeia, à partida, terá uma matriz diferente do actual, em vigor até ao final de 2013. Definiram-se objectivos ou prioridades no sentido de construir na União até 2020 uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, com linhas-mestras em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e energia.

O Algarve, através da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e os vários parceiros institucionais, aposta para já em dois desses pilares: a inovação e o emprego.

A administração deverá, por isso, dar um sinal aos empresários no sentido de, além de procurarem trabalhar em conjunto, incorporarem inovação nos seus projectos de investimento.

Mas os investimentos, para serem inovadores, não têm obrigatoriamente de ser pesados, afirma a O ALGARVE Catarina Cruz, directora da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional da CCDR.

“A inovação também se faz através de pequenas melhorias num determinado serviço – não tem necessariamente de haver um processo criativo muito pesado”, sustenta.

A responsável falava à margem de uma visita à Comissão Europeia, em Bruxelas, promovida pela CCDR, onde também defendeu a necessidade de haver mais trabalho conjunto entre os vários agentes da região.

“Inovação” – considera – “é haver uma maior sinergia entre a universidade e as empresas, mas não só: a região pode ter ganhos competitivos assentes na inovação se todas as entidades regionais estiverem mais interligadas”.

Segundo Catarina Cruz, “a CCDR, as autarquias, as direcções regionais e as associações



foto: Mário Coelho

Catarina Cruz, directora da Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional da CCDR

empresariais têm de trabalhar mais em sinergia em vez de cada um trabalhar a sua capelinha – o importante é o Algarve, o importante é sermos uma região mais competitiva, inovadora e com mais emprego”.

Menos fundos

Embora ainda haja muita incerteza em relação ao próximo quadro de programação da União Europeia, uma coisa parece ser cada vez mais certa: relativamente ao quadro anterior, o Algarve deverá receber menos fundos no período entre 2014 e 2020. O actual Programa Operacional para o Algarve tem uma dotação de 278 milhões de euros. No próximo quadro de programação a redução pode chegar aos 40 por cento, isto é, menos 111,2 milhões de euros.

“Não temos de ficar assustados, porque pode haver

transferência de fundos das regiões mais desenvolvidas para as regiões de transição, como o Algarve”, ressalva Catarina Cruz. Além disso, acrescenta, “o Algarve também tem de aprender a desenvolver-se sem os fundos comunitários”.

Segundo a responsável, o importante para o Algarve é corrigir os problemas actuais. Deve deixar de ter uma monocultura económica baseada no turismo, tem de combater a sazonalidade e o desemprego e também não pode continuar a ter apenas serviços.

“Já tivemos muitos fundos comunitários, criamos muitas infra-estruturas de qualidade, agora é altura de a região ser mais competitiva só por si, com as suas empresas e os seus cidadãos: temos de ver a eventualidade de vir a perder fundos comunitários, não como uma desgraça mas

como um desafio”, sustenta.

Outra questão em cima da mesa é a da própria gestão dos fundos no próximo quadro de programação. A hipótese é a de deixarem de ser geridos regionalmente e passarem a sê-lo a nível central, em Lisboa.

“Fala-se na possibilidade de não ser obrigatório serem as regiões a gerir os fundos, mas também nada está decidido”, desvaloriza Catarina Cruz.

Além disso, adianta, mesmo não sendo a CCDR a gerir os fundos, poderiam passar a ser as associações de municípios a fazê-lo: os fundos não têm necessariamente de passar a ser centralizados em Lisboa, podem sê-lo regionalmente, mas através de outras entidades”, conclui.

> RB